

## ASPECTOS DA COESÃO E DA COERÊNCIA NA LEITURA DE *O PRÍNCIPE* DE NICOLAU MAQUIAVEL

Arnaldo CORTINA<sup>1</sup>

- RESUMO: O propósito do trabalho ora apresentado consiste na observação de dois elementos de coesão, a referência e a seqüencialidade, e um elemento da coerência, a contextualização, no processo interpretativo de três capítulos de *O Príncipe* de Nicolau Maquiavel. Sempre que se referir à leitura, este artigo estará entendendo-a como uma interação de sujeitos ideologicamente determinados.
- UNITERMOS: Leitura; coesão; coerência; referência; seqüencialidade e contextualização.

### Introdução

Este trabalho pretende ser um exercício de livre pensamento, uma reflexão sobre um discurso escrito bastante polêmico e ainda tão moderno chamado *O Príncipe* (Maquiavel, 1979), pois, embora tenha sido escrito no início do século XVI, parece ser o livro de cabeceira de muitos "príncipes" da atual política brasileira.

Essa obra de Maquiavel suscita muitas controvérsias ainda hoje, porque é considerada precursora da teoria do Estado. Na verdade, sua estrutura corresponde à de um manual que pretende mostrar aos príncipes da época como conquistar e governar seus territórios. *O Príncipe* é dedicado à Lorenzo II, da família Médici, que havia, em 1512, reconquistado Florença, cidade natal de Nicolau Maquiavel. Em função de sua exposição bastante contundente sobre a maneira de se obter e conservar o poder e em função da máxima "Os fins justificam os meios", atribuída a Maquiavel, surgiram modernamente os termos *maquiavelismo* e *maquiavélico*; este para designar o sujeito astuto, velhaco, ardiloso, e aquele para denominar a política desprovida de boa fé, o procedimento astucioso, a perfídia.

---

1. Departamento de Letras Vernáculas – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP – 15055 – São José do Rio Preto – SP.

Nosso intuito, porém, não será ainda uma análise de todo o texto de Maquiavel. *O Príncipe* é dividido em vinte e seis capítulos, cada um com um título específico. Esses capítulos, por sua vez, podem ser distribuídos em cinco grandes grupos que desenvolvem diferentes aspectos da organização do Estado proposta pelo autor. Caberá a nós discutir o segundo grupo, correspondente aos capítulos XII, XIII e XIV, que trata da organização militar.

Será, portanto, a partir desses três capítulos que procuraremos discutir alguns aspectos da coesão e da coerência textual. Não pretendemos aqui um exercício minucioso de cada um dos elementos de coesão, porque pensamos não ser essa a função da análise em lingüística textual. Cabe à lingüística teórica observar e investigar os diversos mecanismos de coesão textual para que possa construir um corpo completo para suas hipóteses e seus princípios, pois é isso o que a insere na ciência da linguagem. Uma análise deve partir do texto e, enquanto tal, explorar os mecanismos coesivos mais relevantes de sua construção, de sua textura. Quanto ao aspecto da coerência, temos a registrar, inicialmente, que esta se dá a partir do momento em que o leitor descobre uma continuidade de sentido entre os conhecimentos ativados pelas expressões do texto. Portanto, ao abordarmos a coerência em Maquiavel, como nossa investigação também é uma leitura, estaremos penetrando no universo da crença e da cultura.

Por outro lado, parece-nos inevitável que, no desenrolar do trabalho, venhamos a discutir nossa posição frente ao estudo da coesão e da coerência para a análise do discurso. Essa possível discussão teórica, porém, está intimamente ligada às observações que pudemos levantar a partir do estudo do texto em si. Nosso mergulho numa prática discursiva, o texto maquiavélico, leva-nos a certas considerações teóricas, e não o contrário.

No aspecto formal, este trabalho será desenvolvido em três partes. Na primeira trataremos da coesão, na segunda da coerência e na terceira proporemos uma conclusão, como síntese do que foi apresentado nas duas partes anteriores.

## **I. Aspectos da coesão**

Um dos elementos de estruturação lingüística bastante importante no texto de Maquiavel é, sem dúvida, a perspectiva da enunciação, isto é, a relação estabelecida entre o enunciador, aquele elemento do discurso representado por uma primeira pessoa, e o enunciatário, outro elemento do discurso, a que corresponde uma segunda pessoa. Assim, *O Príncipe* é escrito por um EU, representação discursiva da projeção do autor, que se dirige a um TU, representação discursiva da projeção do destinatário do texto, no caso, o príncipe. É, portanto, através do estabelecimento desse diálogo entre EU e TU que podemos examinar o primeiro elemento de coesão fundamental na estruturação do texto de Maquiavel: a referência.

Segundo Brown & Yule,

o tradicional ponto de vista semântico sobre referência é aquele no qual a relação de referência é fixada entre expressões em um texto e entidades no mundo, e aquele da co-referência entre expressões em diferentes partes de um texto.<sup>2</sup> (1983, p. 204)

Mais adiante irão acrescentar um aspecto que consideram de muita importância para o conceito de referência do ponto de vista da análise do discurso: a referência bem-sucedida.

A referência bem-sucedida depende da identificação do ouvinte, com o propósito da compreensão da mensagem lingüística corrente, do referente pretendido pelo falante, com base na expressão de referência usada. (1983, p. 205)

Dessa forma pode-se destacar a relevância, na textura de *O Príncipe*, da relação entre enunciador e enunciatário, assim como de outras referências a que ele se reporta.

É necessário discutirmos ainda o conceito de referência exofórica e endofórica. Segundo Fávero (1989), a referência exofórica não se dá propriamente fora do texto, como classicamente tem sido colocado pelos pesquisadores em lingüística textual, pois não há referência que não esteja inserida no próprio texto. Assim, o TU a que o enunciador de *O Príncipe* se refere não constitui uma referência exterior ao texto, antes, pelo contrário, está inteiramente associada ao discurso, pois é a ele que está dirigido. O fato de o leitor ter como representação desse TU a figura do príncipe Lorenzo II ou então um possível leitor projetar a si mesmo ou a outra pessoa nesse pronome pessoal, não invalida a afirmação de que a referência é interiorizada no texto. Podemos dizer até que é na projeção de uma infinidade de possibilidades de preenchimento da 'casa vazia' que representa o pronome que reside um dos pontos de polêmica e do valor literário dessa obra de Maquiavel.

Outro aspecto curioso da referência de primeira e segunda pessoas em *O Príncipe* reside na mistura que se estabelece entre a forma de singular, EU, e a de plural, NÓS. Já a segunda pessoa, além da alternância entre TU e VÓS, em muitos casos, é substituída pelo nome *príncipe*, que constitui uma referência em terceira pessoa: o ELE.

A utilização da forma singular e plural para a primeira pessoa não obedece a nenhum critério preestabelecido, pois, se observarmos o início do capítulo XII veremos que, enquanto no primeiro período é utilizado o pronome no singular (Tendo eu falado), o segundo já se inicia por um verbo com desinência número-pessoal de plural (*dissemos*). Logo em seguida, no quarto e quinto períodos desse mesmo capítulo, novamente retorna à forma singular através do emprego dos verbos 'referir-me-ei' e 'direi'. Pensando que pudesse ser um problema de tradução, consultamos o texto original em italiano e verificamos que essa mesma confusão está ali atestada (*Noi*

---

2. Esta e todas as outras referências em inglês deste trabalho foram por nós traduzidas.

*abbiamo detto* – Machiavelli, s.d., p. 110). Embora não se repita no resto do capítulo XII e nos outros dois que selecionamos para este trabalho, não deixa de ser o registro da flutuação entre uma marca de maior apagamento do sujeito enunciador (NÓS) e sua exposição explícita (EU). O emprego do pronome em primeira pessoa reforça o aspecto didático que assume o ‘manual de exercício do poder’ que Maquiavel pretendeu escrever.

Da mesma forma, e no mesmo capítulo, o décimo segundo, aparece um pronome de segunda pessoa do plural (Deveis saber então) como referência ao príncipe leitor, quando o uso comum consiste na utilização da forma singular (TU). Mais uma vez os originais em italiano confirmam a ocorrência dessa diferença de marca referencial (*Avete dunque a intendere* – Machiavelli, s.d., p. 115). Não há uma explicação lógica para esse fato como também para o anteriormente apontado. Apenas poderíamos observar que essa ocorrência isolada do emprego pronominal pode reforçar a maneira como o enunciador se dirige ao enunciatário, pois a forma TU é menos formal e respeitosa em italiano que o VÓS. A eliminação do tratamento cerimonioso entre o autor e o príncipe pode querer eliminar a distância entre eles, como se fosse um mestre falando a um discípulo.

A referência em terceira pessoa assume características diferenciadas no desenrolar dos três capítulos em questão. Em alguns momentos o autor utiliza o termo ‘príncipe’ como apelo ao leitor, mas, em outros momentos, esse vocábulo assume características distintas e pode estar se referindo ou a um outro príncipe específico ou a um ser bastante genérico. Nessa variação entra também a questão de definitivização como oposição entre o dado e o novo.

O próprio título da obra de Maquiavel apresenta um elemento de definitivização: ‘O Príncipe’. Com esse título não se está querendo falar de um novo referente, mas sim de um já conhecido. “O artigo indefinido introduz o novo e o definido, o já dado.” (Fávero, 1989). Dessa forma, o título da obra pressupõe o conhecimento do leitor sobre a figura do príncipe e, por outro lado, mais do que isso, não se reporta a um antecedente determinado. Encontramos aqui mais um indício de que o ‘manual’ de Maquiavel não se dirige diretamente a apenas uma única pessoa (Lorenzo II). Pelo contrário, o preenchimento do antecedente, aquilo que representa o novo da informação, pode ser realizado por diferentes figuras. Alguns dos estudiosos dizem que o primeiro príncipe a quem Maquiavel pretendeu dedicar seu livro foi César Bórgia, considerado por ele um homem de grande *virtu*, característica imprescindível a um bom governante. Mas como este cai em desgraça por um erro político, o autor florentino busca outra personagem que pudesse substituí-lo.

Se observamos as frases abaixo poderemos perceber como o termo ‘príncipe’ adquire diferentes referentes:

(1) Dissemos acima que é necessário a *um príncipe* estabelecer sólidos fundamentos; sem isso, é certa a *sua* ruína. (Maquiavel, 1987, p. 49)

(2) *Os príncipes* prudentes repeliram sempre tais forças (as tropas mercenárias), para valer-se das *suas* próprias, ... (p. 56)

(3) *Um príncipe* que não entenda de milícia (...) não pode ser estimado pelos *seus* soldados... (p. 59)

Em (1) a palavra 'príncipe' é precedida por um artigo indefinido e, portanto, procura apresentar um elemento novo. Por outro lado, embora pressuponha também a noção de 'um príncipe qualquer', deve ser entendida em seu contexto como uma referência ao interlocutor. Dessa forma, é correto ler (1) como: "Dissemos que é necessário a ti estabelecer sólidos fundamentos; sem isso, é certa a tua ruína". A veracidade dessa leitura reside no fato de que, no exato momento em que o enunciador se materializa no discurso, está em processo um percurso de manipulação do enunciatário para que este entenda como verdadeiras as informações que serão dadas a seguir (capítulos XII e XIII).

Na frase (2) há uma referência catafórica em desenvolvimento. Primeiramente é possível notar que o nome 'príncipe' vem circundado por dois determinantes que o contextualizam. Não é um novo elemento, mas sim algo já dado, pois é essa a função do artigo definido que o precede. Porém, na ordem de textualização, a explicitação desses príncipes será dada posteriormente. O segundo determinante é o adjetivo 'prudentes', o que especifica ainda mais o referente. Não foram quaisquer príncipes que repeliram as forças mercenárias, mas sim os príncipes prudentes. A presença da referência catafórica não pode ser notada através da frase isolada, pois se continuarmos a ler esse capítulo veremos que os príncipes prudentes a quem o enunciador se refere são: César Bórgia, Hierão Siracusano, Davi e Carlos VIII.

Por sua vez, no final do capítulo XII ocorre uma referência catafórica em relação a esses mesmos 'príncipes prudentes' através do numeral 'quatro': "E o modo de regulamentar os exércitos próprios será fácil de encontrar se se analisarem os regulamentos dos *quatro* a quem me referi..." (Maquiavel, 1987, p. 58). Devido, porém, à distância que se estabeleceu entre as citações dos sujeitos e o emprego numeral, fica difícil, numa primeira leitura, entender de quem o enunciador está falando. Para encontrar o referente é necessário que o leitor volte às partes anteriores do texto.

Em segundo lugar, observamos em (2) uma utilização diferente de (1) para o referente 'príncipe'. Na segunda frase esse termo não corresponde ao enunciatário do discurso, pois está se referindo a determinados sujeitos que servirão de exemplo para as explicações apresentadas sobre a superioridade das tropas próprias em relação às mercenárias, auxiliares e mistas.

Por fim, em (3) é possível verificar um outro emprego do referente 'príncipe'. Nesse caso, o termo assume uma característica genérica, podendo se referir a qualquer pessoa, a qualquer leitor, não se reportando a um elemento explícito como em (1) e (2).

Essas observações sobre a coesão referencial em *O Príncipe* não tiveram o intuito, como já colocamos anteriormente, de pinçar no texto exemplos ilustrativos desse tipo de coesão. Pelo contrário, elas procuram mostrar a importância da referência no texto em estudo. A complexidade do tratamento entre enunciador e enunciatário tem relevância na medida em que discute uma das características básicas do texto de Maquiavel, sua textualidade ou até seu valor literário.

Quando assumimos que "a coesão é um subproduto da coerência" (conforme Fávero, 1989), que a primeira, portanto, subordina-se à segunda, há que se fazer uso

dela com um objetivo específico; no nosso caso, investigar as ambigüidades referenciais do texto, uma das razões por que seu valor se preserva até a modernidade.

Outro aspecto a ser destacado sobre o estudo da coesão textual em *O Príncipe* é a questão de sua seqüencialidade. Não estamos nos referindo à seqüencialidade frase a frase ou palavra a palavra, mas àquela que é responsável pelo encadeamento de partes do discurso escrito de Maquiavel.

Já pudemos evidenciar o caráter didático que a obra do escritor florentino assume, uma vez que procura demonstrar como é possível conquistar e conservar um determinado objeto<sup>3</sup>, no caso, o poder. Por essa razão é que se verifica a utilização constante de exemplos que justifiquem as observações que o autor vai fazendo ao longo de sua exposição. É nesse entrelaçar de colocações, exemplificações e ligações entre os três capítulos em questão que queremos discutir a utilidade da coesão seqüencial para a organização e leitura do texto.

O capítulo XII inicia-se por uma oração reduzida de gerúndio que tem valor explicativo-causal<sup>4</sup>. O primeiro período em que essa oração está inserida é responsável pela introdução do assunto que será o tópico dos três capítulos selecionados para este trabalho. Dessa forma, o que se coloca é que, uma vez tendo falado pormenorizadamente sobre todas as normas com as quais os príncipes podem conquistar e conservar sob seu domínio os principados, Maquiavel discutirá “os meios ofensivos que neles (nos principados) se podem achar necessários” (Maquiavel, 1987, p. 49).

Em seguida, através do emprego constante da adição (uso do conectivo *e*), o autor explica por que fará referência apenas às armas e não às leis que devem reger os principados. “E como não podem existir boas leis onde não há armas boas, e onde há boas armas convém que existam boas leis, referir-me-ei apenas às armas” (p. 49). É importante notar ainda o emprego da coesão recorrencial que o período citado desenvolve. Há não só recorrência de termos (boas armas e boas leis), como também de estruturas, ora em ordem inversa, ora em ordem direta. Tal utilização da coesão recorrencial demonstra o objetivo do enunciador em justificar a topicalização de um objeto (as armas) em detrimento de outro (as leis), uma vez que considera a abordagem do segundo em função da observação do primeiro.

A partir das colocações anteriormente descritas, o enunciador conclui sua exposição – “Direi, pois, que as forças...” (p. 49) – enumerando os diferentes tipos de tropas que o príncipe pode utilizar: as próprias, as mercenárias, as auxiliares ou as mistas. A introdução do capítulo XII e as observações sobre os diferentes tipos de tropas são ainda determinadas pelos títulos atribuídos a cada um deles: “Dos gêneros de milícia e dos soldados mercenários” (capítulo XII) e “Das tropas auxiliares, mistas

3. Utilizamos aqui o termo ‘objeto’ não como referente a um objeto material, mas sim como objeto semiótico.

“Denomina-se *objeto*, no quadro da reflexão epistemológica, o que é pensado ou percebido como distinto do ato de pensar (ou de perceber) e do sujeito que o pensa (ou percebe)”. (Greimas & Courtés, s.d., p. 312-3)

4. Consideramos muito estreita a diferença tradicionalmente observada entre a oração coordenada sindética explicativa e a subordinada adverbial causal, por essa razão optamos por não estabelecer nenhuma distinção entre os dois tipos.

e nativas” (capítulo XIII). A utilidade ou inutilidade de cada um dos tipos de exércitos passará a ser demonstrada no decorrer dos capítulos XII e XIII. Para tanto, Maquiavel apresenta todas as vantagens e desvantagens de cada um, ilustrando suas considerações com exemplos de sua época ou de tempos mais remotos.

No capítulo XII é apresentada toda uma série de justificativas e exemplos que visam a demonstrar os perigos a que está sujeito um príncipe que faz uso das tropas mercenárias. Inicialmente é colocado que esse tipo de tropa é formado por homens ambiciosos, indisciplinados, infiéis e insolentes com os amigos, porém covardes em relação ao inimigo. Esse quadro sobre os mercenários, que ressalta sua covardia, é explicado em seguida: “A razão disso é que não têm outro amor nem outra força que as mantenha (as tropas) em campo, senão uma pequena paga, o que não basta para fazer com que queiram morrer por ti (príncipe)” (p. 49).

Para ilustrar a primeira característica das tropas mercenárias, sua covardia e infidelidade ao chefe, o enunciador cita o exemplo da Itália que se deixou dominar pela França porque utilizou na guerra esse tipo de soldado.

A segunda desvantagem apontada sobre a utilização de tropas mercenárias consiste na qualidade de seus capitães. Segundo o enunciador, eles podem ser de dois tipos: muito bons ou péssimos. Através do emprego da condicionalidade e da pressuposição (uso do conectivo *se*), fica demonstrado que o príncipe não tem saída: se o capitão da tropa for ruim, o príncipe só perderá as batalhas; se, ao contrário, tiver muito valor, o príncipe corre o risco de ser sufocado por ele. Para justificar suas afirmações o enunciador apresenta uma série de exemplos históricos e outros mais próximos de seu tempo.

O capítulo XIII, que trata dos outros tipos de tropas a que um príncipe pode recorrer, desenvolve-se sempre da mesma forma, isto é, a cada explicação sobre a inutilidade das tropas auxiliares, aquelas que um poderoso oferece a um príncipe quando este pretende vencer uma guerra, e das mistas, formadas por soldados próprios e mercenários, segue-se uma exemplificação que pode ser de fatos históricos ou contemporâneos à época. Toda essa explicação tem por finalidade mostrar como a utilização de tropas próprias é mais adequada ao príncipe que os outros tipos de tropas. Dessa forma, o texto de Maquiavel é organizado de maneira a exaltar um determinado fato (eficiência de um exército formado por súditos e cidadãos das terras pertencentes a um príncipe), mostrando todas as desvantagens e perigos que uma posição diferente (utilização das tropas mercenárias, auxiliares e mistas) pode causar.

O último capítulo (décimo quarto), “Dos deveres do príncipe para com as suas tropas”, encaixa-se aos dois anteriores através de uma relação de conclusão. Como observamos até agora, os capítulos XII e XIII serviram para provar ao príncipe a importância da utilização de tropas próprias nos enfrentamentos com inimigos. Por essa razão o último capítulo do bloco que discute a organização militar do Estado procurará demonstrar que os instrumentos assegurarão ao príncipe o completo domínio e a orientação de seus soldados. Essa organização da estrutura do discurso do enunciador pode ser percebida já no parágrafo introdutório do capítulo em questão: “Deve, pois, um príncipe não ter outro objetivo nem outro pensamento, nem ter

qualquer outra coisa como prática a não ser a guerra, o seu regulamento e sua disciplina, *porque* essa é a única arte que se espera de quem comanda" (p. 59).

A utilização da conjunção 'pois' com valor conclusivo retoma, então, os dois capítulos anteriores, porque seria completamente impossível iniciar outra parte de um texto através do emprego desse conectivo sem estabelecer um determinado encaixe com o que foi anteriormente colocado. A utilização do conectivo 'porque', por sua vez, não se limita a uma simples seqüencialização das frases; ele introduz a oração que sustenta a conclusão iniciada pelo 'pois', ou seja, que o príncipe deve preocupar-se com a correta organização de suas tropas e com o bom desempenho de seus soldados porque a guerra deve ser o objetivo primeiro do governante que pretende se manter no poder.

Depois de explicitar e exemplificar a importância da preocupação que um príncipe deve ter com a arte da guerra, o enunciador apresenta duas formas de atingir esse objetivo: o exercício prático e o intelectual. Em seguida, há uma descrição do que vem a ser uma e outra forma de exercício da arte da guerra, seguida, constantemente, pela exemplificação de cada caso. É dessa forma que o enunciador chegará ao desfecho de seu discurso.

Nosso objetivo, ao abordar a coesão referencial e seqüencial no texto de Nicolau Maquiavel, foi exatamente mostrar a importância da organização do texto como um todo, tomando como ponto de partida aquilo que ele está informando. Por essa razão, por exemplo, procuramos demonstrar que há um nível de encadeamento dos diferentes tópicos de cada parte do discurso enunciado, superior à simples conexão frase a frase. Para tanto, é preciso perseguir sua narratividade<sup>5</sup> tendo sempre em mente sua explicitação sintático-semântica. Na verdade essas colocações caminham para a discussão de uma questão primordial para a lingüística textual: o que é um texto?

Segundo nosso ponto de vista, um texto não é um amontoado de frases que se interligam por dois espaços em branco, o que precede e o que segue. Um texto é uma unidade indissociável da qual não se pode retirar um pedaço e transportá-lo pura e simplesmente para outro, sem contextualizá-lo.

É nesse sentido que Brown & Yule parecem caminhar quando discutem a questão da coesão:

(...) Isto é, a fonte da coesão formal está, de certo modo, fora do texto e não deveria ser buscada nas palavras impressas no papel.

É extremamente importante distinguir entre a 'relação semântica subjacente' (...) e aquelas realizações formais que são disponíveis, mas não necessariamente utilizadas, pelo falante escritor ao construir o que ele quer dizer.

Podemos afirmar que ouvintes e leitores não dependem de marcas formais de coesão para determinar se um texto é um texto. Tal como Halliday e Hasan corretamente observam: 'nós insistimos na interpretação de determinada passagem como texto se houver a mais remota possibilidade de fazê-lo'. (1983, p. 198)

---

5. Entendemos por narratividade um encadeamento de estados, o que constitui a base dos enunciados de um discurso. Conforme Fiorin, "a narratividade é uma transformação situada entre dois estados sucessivos e diferentes. Isso significa que ocorre uma narrativa mínima, quando se tem um estado inicial, uma transformação e um estado final" (1989, p. 21).

A importância da coesão em um texto refere-se, portanto, à relação entre o leitor e autor, pois, na medida em que este estabelece uma clara interligação entre os elementos de seu discurso, pode propiciar uma leitura mais completa.

É dessa forma que entendemos a organização de *O Príncipe*. O discurso elaborado pelo enunciador desenvolve um esquema metódico de exposição em que todos os elementos se entrelaçam. Essa é a característica do 'manual do poder', exposição de um indivíduo com um determinado 'saber' (o autor) em relação a um outro (o leitor) que não tem o saber daquele, mas pretende adquiri-lo. A eficácia ou não desse contrato entre os dois sujeitos que sustentam o texto só pode ser comprovada se o leitor reconhece a coerência manifestada pelo texto. E esse será o assunto da parte seguinte deste trabalho: a coerência textual.

## II. Aspectos da coerência

Para discutirmos a questão da coerência em *O Príncipe* é necessário, primeiramente, colocar que é na relação entre produtor e leitor do texto que ela irá ocorrer. "É através da coerência que o leitor descobre uma continuidade de sentidos entre os conhecimentos ativados pelas expressões do texto. Um texto é incoerente quando o leitor não consegue descobrir nenhuma continuidade, porque há uma discrepância entre o que está expresso no texto e o conhecimento de mundo do leitor. Entra nesse processo o universo de crença, de cultura" (Fávero, 1989).

O que ocorre, portanto, durante a leitura não é pura e simplesmente a descodificação dos elementos lingüísticos. Durante o processo interpretativo devem ser observados os elementos da situação em que o texto se encaixa. Esta, por sua vez, nos é dada pela cultura e não pelo texto.

É a partir dessas observações que Beaugrande e Dressler passam a utilizar o termo 'semântica procedimental' ou 'semântica vivencial'. Segundo os autores, a utilidade desse tipo de semântica reside no fato de que ela opera com dois níveis de conhecimento, a razão e a experiência, ou seja, o conhecimento declarativo e o procedimental (apud, Fávero, 1989). Esses conhecimentos, por sua vez, estão organizados em três níveis cognitivos: conceitos, modelos globais e superestruturas.

Não pretendemos, neste trabalho, falar de cada um dos níveis cognitivos desenvolvidos por Beaugrande e Dressler, pois nosso objetivo consiste na observação empírica de um dos elementos dos modelos globais, qual seja, o da contextualização.

Cabe, neste instante, justificar nossa opção pela contextualidade na análise que estamos desenvolvendo em relação ao texto de Maquiavel. Nosso interesse por essa questão da coerência está relacionado diretamente ao que dissemos anteriormente sobre a referência, quando falamos da coesão.

Ao discutir a noção de cenário, Brown & Yule observam que:

Sanford e Garrod escolhem o termo cenário para descrever o 'extenso domínio da referência' que é usado na interpretação de textos escritos, já que se pode pensar no conhecimento da cena e das situações como constituintes do cenário interpretativo por trás de um texto. (1983, p. 245)

Por outro lado, é necessário explicitar que preferimos utilizar o termo *contextualização* ao invés de cenário, porque não estaremos obedecendo exatamente ao ponto de vista de Sanford e Garrod, embora acreditemos que haja uma proximidade muito estreita entre os dois termos. Entendemos por contextualização a observação do momento e da situação de produção do texto a fim de verificar as razões por que ele diz o que diz. Através desse recurso pensamos que a leitura se torna mais completa e é capaz de resolver problemas como, por exemplo, o da diferença de perspectiva cultural entre produtor e leitor.

No caso de *O Príncipe* é importante observar em que situação são produzidos os três capítulos que tratam da organização militar do Estado, bem como o livro todo. Essa obra é escrita no início do século XVI, quando a Itália está dividida em vários Estados dominados por diferentes senhores. Maquiavel, como autêntico florentino, quer uma Itália unificada e forte para repelir toda e qualquer possibilidade de divisão. É a época da acumulação primitiva capitalista na Europa. Para tanto era imprescindível a organização do Estado único, dirigido por um governante só.

A defesa que o autor faz da constituição do exército próprio do príncipe é uma prova de que está vislumbrando a formação do exército nacional, capaz de assegurar o governo de seu senhor. A centralização do poder nas mãos de um governante constitui, mais uma vez, a preocupação com a indissolubilidade da nação unificada. Maquiavel quer transformar, modificar a violência, tornando-a mais racional, mais apropriada para as exigências econômicas da época, por isso acentua o caráter negativo das tropas mercenárias. Seu objetivo é delinear o perfil do exército regular, estatal, com carreira.

Luciano Gruppi, partindo das considerações de Gramsci (1988) sobre Maquiavel, desenvolve também essa visão histórica do momento em que *O Príncipe* foi escrito.

Gramsci, em toda sua longa e cuidadosa reflexão sobre Maquiavel, afirma que ele foi o teórico da formação dos Estados modernos. Com efeito, o pensamento de Maquiavel se molda numa Itália onde havia fracassado a revolução das Comunas (cidades-Estados), num país fragmentado em muitos Estados pequenos, e que está a caminho de perder sua independência nacional desde a invasão das tropas do rei francês Carlos VIII, em 1494. Maquiavel, refletindo sobre a experiência de outros países (Espanha, Inglaterra e principalmente França), analisa a maneira como se deveria construir na Itália um Estado moderno e unitário, graças à iniciativa do Príncipe. (1986, p. 8)

Essa é, no nosso modo de entender, uma informação importante para poder compreender como surge o texto de Maquiavel e o porquê de toda a polêmica por ele gerada. Como um republicano, que chegou a declarar em outros textos seus que um soberano, por mais sábio que fosse, jamais teria mais sabedoria que o povo, pode ter escrito *O Príncipe*? Embora essa seja uma questão de cunho biográfico e de interesse para os estudos de história e filosofia, não deixa de estar refletida em seu discurso.

Ao perceber que a Itália passa por uma situação de crise de todas as velhas instituições, pensa na figura de um príncipe com poderes absolutistas como única saída para a reconstituição da Nação.

Outro aspecto importante de ser observado na obra é a questão das exemplificações apresentadas pelo autor. Já comentamos anteriormente que é característica dessa obra a apresentação de um determinado tópico sobre um assunto que é imediatamente exemplificado com fatos históricos ou com situações da época. Na edição de *O Príncipe*, realizada pela editora da UNB, há um guia de estudos que pretende exatamente informar os leitores sobre a questão da contextualização que nos propusemos discutir neste trabalho. Nesse guia, é dito que muitos dos relatos históricos e dos acontecimentos contemporâneos a Maquiavel, utilizados como exemplos em sua obra, são deturpados pelo autor. Segundo o comentário, o autor florentino força os fatos para justificar seu ponto de vista sobre o assunto de que está tratando.

Devido à extensão da pesquisa que esse assunto demandaria, não foi possível verificar em que medida tal fato ocorre no texto de Maquiavel. Essa, porém, é uma questão bastante importante quando se está pretendendo levantar todos os aspectos que envolvem a contextualização de *O Príncipe*. Pretendemos, posteriormente, realizar esse trabalho.

A questão da modernidade de *O Príncipe* é outro aspecto que deve ser levantado ao discutirmos sua contextualização. O leitor moderno de Maquiavel pode até ignorar todos os fatos acima apontados que envolvem o nascimento dessa obra, mas, por outro lado, pode reconhecer nas lições do autor uma saída para sua própria época que assiste a uma crise social, política e econômica.

Se pensarmos especificamente no caso do Brasil, é possível relacionar o individualismo que esteve por trás da imagem propagandeada pelo superpresidente Fernando Collor de Mello, logo após sua eleição, com a figura do príncipe, esboçada por Maquiavel. Nesse caso pode-se pensar que os fatos do presente relacionam-se simbolicamente com os apresentados pelo autor florentino. Não se trata mais de um regime monárquico, mas sim do republicano, embora, como já se pôde constatar, no caso do governo brasileiro atual, a diferença entre *presidente* e *príncipe* tenha-se tornado bastante tênue; não há necessidade de um exército, na acepção exata do termo, para combater um invasor, mas é possível ler na vontade do presidente Fernando Collor de transformar a parcela do povo que o elegeu, logo no início de seu governo, num exército que lhe daria total apoio, acatando passivamente qualquer medida que ele tomasse para combater o inimigo maior: a inflação. Dessa forma, é possível, simbolicamente, estabelecer uma relação entre o texto de Maquiavel e o de nossa história política atual, como fizeram alguns meios de comunicação escritos na época da posse do presidente Fernando Collor.

A situação de crise por que passava a sociedade brasileira durante a eleição e posse do presidente Collor, embora as condições continuem graves atualmente, criou condições para que tal fenômeno ocorresse. O povo estava acuado, sua pauperização era crescente e a figura de um indivíduo que se mostrava com plenos poderes e coragem para resolver todos os problemas passou a ser automaticamente aceita e até

esperada pela maioria da população. Quantas vezes não se ouviam pessoas humildes dizerem que o País precisava de um presidente que impusesse sua palavra e não se deixasse manusear pelos interesses daqueles que tinham dinheiro e só pensavam em seu próprio benefício? Essas pessoas podiam até ter razão, o único problema, porém, residia no fato de que estavam creditando um poder ilimitado a quem não iria defender seus interesses; mas aí já seria tarde demais.

Jean-Jacques Rousseau, por sua vez, tem uma leitura diferente de *O Príncipe*. Como observador do século XV, parte do contexto histórico em que a obra foi escrita para dizer que o autor não pretendia realmente curvar-se ao absolutismo do príncipe, mas sim mostrar a seus leitores (o povo) como era, na verdade, a constituição do poder. Segundo Rousseau a perspectiva da obra de Maquiavel não era exaltar o poder, mas revelar a todos como ele se organizava, denunciando todas as arbitrariedades.

Fingindo dar lições aos reis, deu-as ele, e grandes, aos povos. 'O Príncipe' de Maquiavel é o livro dos republicanos. (1988, p. 78)

Ao apresentarmos essa variedade de leituras de *O Príncipe*, embora existam várias outras, constatamos que elas partem muito da observação de todo um contexto sócio-histórico em que o texto se situa, não deixando, evidentemente, de reconhecer certas marcas que o próprio texto apresenta em seu interior. Podemos reconhecer dois movimentos de leitura: aquele que parte do contexto para o texto e o outro que parte do texto para o contexto. Nessa medida entendemos que o estudo da coerência textual pode contribuir para nosso propósito que consiste na relação entre a História.

## Conclusão

Para iniciar a conclusão deste trabalho queremos deixar clara a relação que estabelecemos em nossa análise entre a coesão e a coerência. Inicialmente recorremos à seguinte citação:

Uma das intensas ilusões que persistem na análise da linguagem é aquela segundo a qual entendemos o significado de uma mensagem lingüística unicamente com base nas palavras e na estrutura da(s) sentença(s) usada(s) para transmitir tal mensagem. Certamente contamos com a estrutura sintática e com os itens lexicais empregados em uma mensagem lingüística para chegar a uma interpretação, mas é um erro pensar que operamos somente com esse elemento literal (*literal input*) para nossa compreensão. Podemos reconhecer, por exemplo, quando um escritor produz uma sentença gramaticalmente perfeita da qual podemos derivar uma interpretação literal, mas a qual não poderíamos afirmar ter entendido simplesmente porque precisaríamos de mais informações. (Brown & Yule, 1983, p. 223)

Foi a partir dessa colocação de Brown & Yule que procuramos conduzir a análise dos elementos de coesão de *O Príncipe* em direção ao aspecto da coerência.

Entendemos que nada adiantaria transcrever frases que exemplificassem os diversos tipos de coesão sem um objetivo determinado. Isso caberia, por exemplo, numa aula sobre os mecanismos coesivos de um texto que pretendesse fazer com que o aluno conhecesse todos eles, mas não para nosso propósito, que foi o de analisar uma unidade de capítulos de um livro e também apresentar nossa visão sobre o trabalho de coesão e coerência.

Sabemos, por outro lado, que a posição de Brown & Yule não caminha exatamente na direção de nosso propósito esboçado na parte anterior deste trabalho, que consiste na observação do contexto sócio-histórico ao tratar da coerência. Pudemos perceber, entretanto, durante a leitura de seu livro, que existem caminhos para isso, pois os autores se preocupam em discutir as implicações sociais nas leituras de um texto, embora não vejam esse fato do ponto de vista histórico.

Reconhecemos a afirmação de que a coesão se dá no nível microtextual e a coerência no macrotextual, o nível da estruturação de sentido (conforme Fávero, 1989), mas questionamos qual seria a importância da coesão para a análise de um texto maior, como um romance, por exemplo, sem que ela estivesse voltada inteiramente para a estruturação do sentido, portanto, para a coerência. Não seria possível pensar numa coesão macrotextual?

Com relação aos três capítulos de *O Príncipe* de Maquiavel que aqui procuramos analisar a partir das colocações da lingüística textual, ressaltamos a necessidade da contextualização tanto para o texto em si como para o de suas leituras. Tal como o autor, o leitor também é um indivíduo que vive em sociedade, que pertence a uma classe social e que, por essas razões, tem uma ideologia. Entender a leitura como uma atividade organizada em esquemas mentais de acumulação de informações que cada ser humano carrega em seu cérebro é tender para um individualismo burguês com o qual não concordamos.

Por fim, queremos reafirmar o caráter ensaístico deste trabalho, lembrando que ele se propôs a um diálogo, à apresentação de nossa visão sobre a coesão e a coerência na análise do discurso. A exposição pessoal de um ponto de vista implica acertos e erros. No caso dos últimos, é sempre importante lembrar a seguinte frase de Roman Jakobson:

É maravilhoso! A coisa mais importante de dizer sempre é: eu me enganei.

CORTINA, A. Aspects of cohesion and coherence in the reading process of *The Prince* of Nicolo Machiavelli. *Alfa*, São Paulo, v. 36, p. 39-52

- **ABSTRACT:** Two elements of cohesion, the reference and the sequentiality, and one element of coherence, the contextualization, in the interpretative process of three chapters of *The Prince* of Nicolo Machiavelli, have been studied. The reading process is understood as an interaction of subjects ideologically determined.
- **KEYWORDS:** Reading process; cohesion; coherence; reference; sequentiality and contextualization.

## Referências bibliográficas

- BROWN, G., YULE, G. *Discourse analysis*. New York: Cambridge University Press, 1983.
- FÁVERO, L. L. *Linguística textual: coesão e coerência*. Curso ministrado na F.F.L.C.H. da Universidade de São Paulo durante o segundo semestre de 1989 (anotações de aulas).
- FIORIN, J. L. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto/Edusp, 1989.
- GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- GREIMAS, A. J., COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. Tradução de Alceu Dias Lima et al. São Paulo: Cultrix, s.d.
- GRUPPI, L. *Tudo começou com Maquiavel*. Tradução de Dario Canali. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- MACHIAVELLI, N. De Principatibus. In: \_\_\_\_\_. *Opere politiche*. Firenze: Le Monnier, s.d. p. 43-181.
- MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora UNB, 1979.
- \_\_\_\_\_. O príncipe. In: *O Príncipe e escritos políticos*. Tradução de Lívio Xavier. São Paulo: Nova Cultural, 1987. p. 1-114. (Os pensadores).
- ROUSSEAU, J.-J. *O contrato social e outros escritos*. Tradução de Rolando Roque da Silva. São Paulo: Cultrix-Edusp, 1988.

## Bibliografia consultada

- FÁVERO, L. L. *Linguística textual: introdução*. São Paulo: Cortez, 1983.
- SKINNER, Q. *Machiavelli*. New York: Oxford University Press, 1989